

<b>Título</b>	<b>O setor elétrico e a agenda socioambiental</b>
<b>Veículo</b>	<b>Brasil Econômico</b>
<b>Data</b>	<b>14 março 2014</b>
<b>Autores</b>	<b>Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig</b>

# Brasil Econômico

www.brasileconomico.com.br

38 Brasil Econômico Sexta-feira e fim de semana, 14, 15 e 16 de março de 2014

## OPINIÃO

### O setor elétrico e a agenda socioambiental

Claudio Sales e Alexandre Uhlig\*  
redacao@brasileconomico.com.br

O ano de 2014 será repleto de eventos relevantes. Depois do Carnaval em março, Copa do Mundo em junho. Em outubro, eleições. Sobrará algum tempo para discutir temas centrais para o Brasil? Há diversos temas do setor elétrico brasileiro — que afetam toda a população e todas as atividades econômicas — que precisam ser discutidos e aprovados pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional.

Na última ata do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE, criado com a função de acompanhar e avaliar a continuidade e segurança de oferta de energia elétrica), são apontados atrasos em 64% dos 237 empreendimentos de geração em obras, 71% nas linhas de transmissão e 74% nas subestações. Traduzidos em tempo, os atrasos representam oito meses e meio para as obras de geração, treze meses e meio para as linhas de transmissão e oito meses para as subestações.

A lista dos fatores que justificam os atrasos é extensa e vai desde desapropriação de áreas e espera por autorizações da Funai (para projetos que afetam áreas indígenas) e do Iphan (em obras que impactam patrimônios históricos) até falhas na gestão dos projetos e na qualidade dos estudos de impacto ambiental. Na prática, os principais fatores estão na área socioambiental e poderiam ser priorizados e enfrentados com um pouco de eficiência.

Como há pouco tempo em 2014, será necessário concentrar as energias nos temas que dependam exclusivamente dos empreendedores e das autarquias e que possam ser rapidamente implementados.

Como primeiro passo, os empreendedores devem trabalhar para melhorar a gestão dos projetos e exigir excelência na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Isto agilizará o processo de licenciamento ambiental e permitirá exigir uma análise mais celer e dos órgãos que participam do licenciamento ambiental.

Na outra ponta do processo, os órgãos que participam do licenciamento ambiental, como a Funai e o Iphan, devem fazer uma análise puramente técnica — e desapaixonada — e cumprir os prazos estabelecidos em portarias. A Instrução Normativa 184/2008 estabelece um rito processual para o licenciamento ambiental e a Portaria Interministerial 419/2001 define prazos para manifestação dos órgãos intervenientes. Mas é necessária a gestão rigorosa dos prazos e a definição de penalidades concretas e fir-



**Se o país deseja obter algum avanço nos projetos de infraestrutura em 2014 é preciso começar o quanto antes a priorizar os desafios de maior probabilidade de sucesso. Caso contrário, feliz 2015**

mes para disciplinar a atuação dos diversos órgãos intervenientes (órgãos estaduais do meio ambiente, ICMBio, Secretaria de Vigilância em Saúde, Funai, Fundação Palmares e Iphan).

Outro elefante na sala que precisa ser reconhecido é a dificuldade na atração e retenção de talentos. A análise socioambiental é complexa. Portanto, é preciso oferecer melhores salários e um plano de carreira estruturado para que os órgãos ambientais disponham de um bom corpo técnico e os servidores tenham incentivos para trabalhar com independência no meio de tantas pressões e interesses econômicos, políticos e até ideológicos.

Outra medida que depende apenas da iniciativa da Anel (agência reguladora do setor elétrico) e da EPE (Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia) é passar a li-

ciar as linhas de transmissão somente após a obtenção da Licença Prévia, licença que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento. Isto reduziria as incertezas no processo e contribuiria para a redução das tarifas de energia elétrica em função da menor percepção de riscos.

Além disso, como já é feito para as linhas de transmissão, o desenvolvimento de Termos de Referência padronizados para cada tipologia de projeto (hidrelétrica, termelétrica etc.) aceleraria a elaboração dos projetos e permitiria mais foco analítico nos órgãos ambientais.

Se o país deseja obter algum avanço nos projetos de infraestrutura em 2014 é preciso começar o quanto antes a priorizar os desafios de maior probabilidade de sucesso. Caso contrário, feliz 2015.

\*Claudio Sales e Alexandre Uhlig são do Instituto Acende Brasil

O ano de 2104 será repleto de eventos relevantes. Depois do Carnaval em março, Copa do Mundo em junho. Em outubro, eleições. Sobrará algum tempo para discutir temas centrais para o Brasil? Há diversos temas do setor elétrico brasileiro - que afetam toda a população e todas as atividades econômicas - que precisam ser discutidos e aprovados pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional.

Na última ata do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE, criado como função de acompanhar e avaliar a continuidade e segurança de oferta de energia elétrica), são apontados atrasos em 64% dos 237 empreendimentos de geração em obras, 71% nas linhas de transmissão e 74% nas subestações. Traduzidos em tempo, os atrasos representam oito meses e meio para as obras de geração, treze meses e meio para as linhas de transmissão e oito meses para as subestações.

A lista dos fatores que justificam os atrasos é extensa e vai desde desapropriação de áreas e espera por autorizações da Funai (para projetos que afetam áreas indígenas) e do Iphan (em obras que impactam patrimônios históricos) até falhas na gestão dos projetos e na qualidade dos estudos de impacto ambiental. Na prática, os principais fatores estão na área socioambiental e poderiam ser priorizados e enfrentados com um pouco de eficiência.

Como há pouco tempo em 2014, será necessário concentrar as energias nos temas que dependam exclusivamente dos empreendedores e das autarquias e que possam ser rapidamente implementados.

Como primeiro passo, os empreendedores devem trabalhar para melhorar a gestão dos projetos e exigir excelência na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Isto agilizará o processo de licenciamento ambiental e permitirá exigir uma análise mais célere dos órgãos que participam do licenciamento ambiental.

Na outra ponta do processo, os órgãos que participam do licenciamento ambiental, como a Funai e o Iphan, devem fazer uma análise puramente técnica - e desapaixonada - e cumprir os prazos estabelecidos em portarias. A Instrução Normativa 184/2008 estabelece um rito processual para o licenciamento ambiental e a Portaria Interministerial 419/2001 define prazos para manifestação dos órgãos intervenientes. Mas é necessária a gestão rigorosa dos prazos e a definição de penalidades concretas e firmes para disciplinar a atuação dos diversos órgãos intervenientes (órgãos estaduais do meio ambiente, ICMBio, Secretaria de Vigilância em Saúde, Funai, Fundação Palmares e Iphan).

Outro elefante na sala que precisa ser reconhecido é a dificuldade na atração e retenção de talentos. A análise socioambiental é complexa. Portanto, é preciso oferecer melhores salários e um plano de carreira estruturado para que os órgãos ambientais disponham de um bom corpo técnico e os servidores tenham incentivos para trabalhar com independência no meio de tantas pressões e interesses econômicos, políticos e até ideológicos.

Outra medida que depende apenas da iniciativa da Aneel (agência reguladora do setor elétrico) e da EPE (Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia) é passar a licitar as linhas de transmissão somente após a obtenção da Licença Prévia, licença que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento. Isto reduziria as incertezas no processo e contribuiria para a redução das tarifas de energia elétrica em função da menor percepção de riscos.

Além disto, como já é feito para as linhas de transmissão, o desenvolvimento de Termos de Referência padronizados para cada tipologia de projeto (hidrelétrica, termelétrica etc.) aceleraria a elaboração dos projetos e permitiria mais foco analítico nos órgãos ambientais.

Se o país deseja obter algum avanço nos projetos de infraestrutura em 2014 é preciso começar o quanto antes a priorizar os desafios de maior probabilidade de sucesso. Caso contrário, feliz 2015.

**Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig, do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))**